

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos. Antes de passar à Tribuna Popular, quero lembrar que foi acordado, já no ano passado, confirmado pela Mesa Diretora deste ano, que os assessores ocupem as cadeiras atrás dos vereadores e que, sempre que precisarem falar com o seu vereador, poderão se deslocar sem problema nenhum, mas que não fiquem circulando, até para facilitar o trabalho do pessoal da comunicação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o Ofício nº 0077/23, do Sr. Prefeito Sebastião Melo, encaminhando Veto Total ao PLL nº 547/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Desportiva e Cultural Brazil Football Club que tratará de assunto relativo à educação integral através do futebol social para a cidade de Porto Alegre. O Sr. Jefferson Luís Rocha Franco, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JEFFERSON LUIS ROCHA FRANCO: Boa tarde a todos, senhores e senhoras, muita alegria estar neste momento aqui. Confesso que estou um pouco nervoso, o negócio era com a bola no pé, falar não era tanto assim, mas estou muito feliz em poder mostrar para os senhores e as senhoras aquilo que a gente tem construído como organização nesses quatro anos de ONG aqui na cidade de Porto Alegre. Eu queria mostrar um pouquinho através do vídeo, rapidamente, em dois minutos, o vídeo institucional da organização em que fala um pouquinho do nosso trabalho sendo realizado não só aqui na cidade de Porto Alegre, mas em mais de 26 países, que a gente alcançou com o futebol social.

Nosso trabalho surge da inquietação de três ex-atletas – Jefferson Franco, Diogo Rincon e Chiquinho –, sendo que a gente viu que, trilhando uma jornada tão difícil de se tornar um jogador de futebol no Brasil, a gente nessa jornada adquiriu muito conhecimento, tivemos muitas experiências e o nosso entendimento foi a inquietação do nosso coração, sabendo que o futebol, para que os senhores saibam, no mundo de 8 bilhões, o futebol tem tocado 4 bilhões de pessoas. E a gente, com essa inquietação, entendeu que nós poderemos fazer um trabalho que não seria um trabalho do Jefferson, do Diogo ou do Rincon, mas sim um legado para que ficasse na nossa cidade de Porto Alegre. Então, a gente está, desde 2019, trabalhando duro em dois campos daqui da cidade de Porto Alegre. Começamos em duas praças, um na Zona Norte, outro na Zona Sul, onde a gente criou uma metodologia não para ensino somente do futebol, mas, sim, uma metodologia que tem se tornando um lugar de educação integral. Todos nós sabemos que, quando a gente fala de educação integral, não é possível somente educar integralmente o menino se a gente não cuidar da família. E nesse ambiente do futebol, nesses lugares, onde a gente tem estabelecido, a gente tem criado, através dessa metodologia, um relacionamento com a comunidade local, e isso tem feito com que realmente não só o esporte pudesse ajudar as pessoas, mas esse relacionamento, conhecendo as demandas de cada menino, tudo aquilo que está sendo gerado dentro das suas casas, muitas delas disfuncionais, toda essa informação que a gente conseguiu obter pudesse fazer do nosso trabalho um trabalho muito eficaz. Lógico que todos os meninos que chegam, através de indicação, ou muitas vezes eles vão na internet buscar, sabem que se trata de um projeto de ex-jogador de futebol, então, a expectativa é: “Se eles foram, eles vão conseguir nos levar a esse lugar”. A gente tem conseguindo dar muito além do que realmente os fundamentos do futebol. A gente entende, estudando e se relacionando, que só o esporte não transforma a vida das pessoas. Eu conheço muitos atletas que ganharam muito dinheiro, mas só tem dinheiro hoje, infelizmente, dão um mau exemplo para uma sociedade. E a Brazil Football Club vem com esse entendimento de ser essa referência positiva para esses meninos que vão trilhar essa jornada de se tornar um jogador

de futebol, uma jornada muito difícil. Eu vejo aqui um grande treinador, o Cassiá, sabe o quanto é difícil essa jornada, não é fácil. Jogadores de futebol – não é, Cassiá? – não saem de projetos sociais, eles saem de clubes, mas eu acredito que é de projetos sociais que saem os verdadeiros cidadãos. Então, dentro do nosso projeto, a gente ensina a eles, Cassiá, a bater com as duas, e a gente fala para eles que bater com as duas é saber muito bem dos seus direitos, mas saber muito bem dos seus deveres.

Então é isso que a gente tem construído. Eu agradeço a oportunidade, o futebol tem sido, realmente, um fio condutor, onde nos possibilita nos campos de Porto Alegre, que não são poucos, são mais 58 campos, a gente consegue se aproximar dessas crianças, podendo se relacionar com elas e entender a real necessidade deles como seres humanos, como pessoas e como crianças que precisam ser cuidadas.

Uma vez, na Ucrânia, me perguntaram qual o conselho que eu deixaria para a Ucrânia, e eu disse que uma das maiores mentiras que era contada no Brasil é que os jovens são o futuro de uma nação. Eu não acredito que o jovem é o futuro de uma nação, eu acredito que aquilo que realmente a gente faz com eles é que define o futuro de uma nação. Então, se a gente não cuidar das nossas crianças, dos nossos adolescentes e o dos nossos jovens, nós estaremos com a nossa nação comprometida. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convidamos o Sr. Jefferson Luís Rocha Franco a fazer parte da Mesa.

Quero registrar presença da nossa deputada Laura Sito. Seja bem-vinda! É uma alegria tê-la conosco aqui.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, quero saudar V. Exa.; saudar o Jefferson. Jefferson, o que tu disseste ali tem muito da realidade, mas me parece que o que vocês querem fazer – e já estão fazendo – é a questão social

também., porque tu sabes que a maioria não vence no futebol; não vence, é muito difícil. A época que brotavam crianças nos campinhos passou, hoje vocês têm que levar para os campinhos, convencer o pai, a mãe, o vizinho. Naquela época, não; nós íamos espontaneamente, sobrava talento, hoje a dificuldade é enorme. O mais importante que tu disseste é que se não se tornar um atleta, será um grande cidadão, um homem preparado para a vida, uma mulher preparada para a vida; eu falo em mulher porque o futebol feminino vem crescendo tão fortemente e também dando essa conotação. Então, me parece que o trabalho de vocês é muito bom, me coloco à disposição, o meu gabinete, para conversarmos, para poder ajudar. Porque é um trabalho árduo, hoje em dia; muito metódico, muito didático para informar. E, como tu disseste, para as pessoas soa muito mal “chutar com os dois pés”, tem até aquela brincadeira, mas aí vai cair, e é verdade, mas se quer ser um atleta de ponta, terá que ter profissionalismo desde criança, desde os pais. Hoje, em média, um garoto vai para a escolinha, se ele tiver ali um exercício um pouquinho forte, já não vai mais, porque prefere ficar em casa com seus aplicativos, com suas redes sociais, não vai fazer. Então, o importante é conscientizar. Muitos desistem no meio do caminho porque não têm a capacidade de entender que a parte física, a técnica e a tática se unem para fazer um atleta. E, volto a frisar, para concluir, da maioria vocês vão fazer homens de verdade, com caráter, com formação, com família e não um atleta. Mas, se der um atleta, melhor ainda. Esse é o projeto de vocês. Um abraço. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra para, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Hamilton, Jefferson, nós só temos que te parabenizar. Como falou o colega Ver. Cassiá, o principal do teu projeto é formar cidadão – isso é o mais importante de tudo –, muitas vezes, com certeza, resgatando, tirando das drogas, do mundo do tráfico. Enfim, então, o teu

trabalho é levado tão a sério que rompeu já as fronteiras, já passou por mais de 20 países. Então, estamos aqui nos colocar à disposição. Até para os colegas saberem, por meio de um projeto de minha autoria, a gente deu título de utilidade pública para a Associação Desportiva e Cultural Brazil Football Club, tão merecido. Que Deus continue te abençoando e a toda tua equipe, e que mais jovens possam se formar cidadãos ao longo dos anos que vêm pela frente. Parabéns e contem conosco. Um abraço.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton, querido Jefferson, eu não poderia deixar de me expressar aqui, de te dizer que o trabalho que vocês realizam, além de ser árduo, difícil, tem uma valia muito grande para a nossa sociedade como um todo. Nós precisamos, cada vez mais, de Jeffersons fazendo esse papel, porque a gente fala tanto que o esporte salva, que o esporte muda realidades, mas a gente precisa que as pessoas realmente apoiem o esporte. Porque, se a gente não tiver apoio, não tiver a participação, principalmente dos órgãos públicos, a gente não consegue fazer as coisas sozinhos. A gente andou conversando há poucos dias, vocês pleiteiam por espaços para poderem treinar os jovens de vocês, então, é muito importante que nós possamos estar junto com vocês de mãos dadas. Não só chegar aqui e falar que é muito legal o que vocês fazem e, sim, estender a mão e dizer para vocês que realmente nós somos parceiros nessa luta para que a gente possa fazer a construção necessária para que vocês possam, cada vez mais, acolher mais jovens, ter mais jovens no projeto, porque, realmente, o esporte salva vidas. Parabéns pelo teu trabalho, conte com esta vereadora, e vamos em frente nessa luta.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente; Sr. Jefferson, quero aqui agradecer todo o empenho da associação, do Jefferson Franco, na construção de novas possibilidades para as nossas juventudes. Falo aqui em nome do partido das trabalhadoras, dos trabalhadores e falo também como professor. A gente sabe a importância de as pessoas terem a vivência em todas as suas idades, e nós temos a infância, a juventude, muitas vezes, sem espaço, vilipendiadas, sem poder ser o que podem, o que podem construir para a sociedade como cidadania. Nós poderíamos ter muito mais atletas no Brasil se a gente tivesse um investimento robusto. Então, quando a sociedade civil se organiza e age, a gente tem que bater palmas e, como classe política, tem que apoiar. Hoje a gente vê, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, que a educação física perdeu espaço no currículo do ensino médio. O governador e a secretária fizeram uma reforma que eu considero equivocada, que a gente precisa mudar. O esporte faz parte inclusive de uma vida saudável. Nós estamos vivendo em uma sociedade muito sedentária, e se a gente não educar as crianças para uma prática esportiva para os jovens, o que nós vamos ter no futuro? Nós vamos ter muito mais gastos do Estado, no sistema de saúde, com doenças. Então, a prática do esporte, não é só a construção da cidadania, não é só a diversão, a alegria, não é só poder construir uma profissão inclusive no futebol – por que não? –, mas também é uma questão de saúde, é uma questão de educação. Parabéns para a associação, continuem assim, e vão encontrar sempre aqui, na nossa bancada, guarida, apoio, elogios e muita energia positiva para vocês seguirem firmes, porque o trabalho que vocês fazem é muito importante para Porto Alegre. Muito obrigado e parabéns.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Jefferson, gostaria de te parabenizar pelo trabalho hoje aqui na tribuna. Eu, particularmente, já conheço teu trabalho, conheci lá no início do nosso mandato através do nosso amigo em comum, o Gutinho, foi lá no Rincon. E, vocês, além de formar atletas, vocês formam cidadãos. E, como bem disse a Ver.^a Cláudia Araújo, falar só não adianta, nós temos que partir para a prática. Então tenham em nós sempre um canal aberto, porque, além de legislar e fiscalizar o Executivo, nós também, muitas vezes, fazemos o elo entre o Executivo para as grandes demandas que vocês trazem para a nossa cidade e para a resolução delas. Então, parabéns por formar atletas e cidadãos. Conte com a gente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Boa tarde Presidente, boa tarde a todos, em especial ao Sr. Jefferson Franco, também estender os parabéns, em nome da bancada do Partido NOVO. Eu comento sobre dois prismas: o prisma evidentemente social, o senhor comentava ali, 58 campos de futebol em Porto Alegre, vocês estão criando 2 para replicar o modelo. Tem aquela frase que diz que quando o corpo está são, a mente está sã. Então, tenho certeza que vocês também têm essa abordagem. Contem também com a gente para oportunizar não só esporte a essas crianças e suas famílias, mas todo um projeto de cidadania. Claro que o meu outro recorte, como praticante da religião cristã, é louvar a Deus por pessoas como o senhor, como a sua instituição que não só no Brasil, como fora do Brasil, também leva esperança para milhares e milhares de crianças. Que Deus o abençoe. Obrigado por ter vindo aqui e externado a esta Casa esse projeto tão bonito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Queremos agradecer a presença do Sr. Jefferson Luís Rocha Franco, presidente da Associação Desportiva e Cultural Brazil Football Club. Suspendo a sessão para as despedidas e registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h38min)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h42min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprecio comunicado firmado pela Ver.^a Reginete Bispo, apresentando renúncia ao mandato parlamentar nesta Casa, a contar do dia 03 de fevereiro de 2023, para o fim de ser empossada deputada federal na mesma data, na condição de suplente, em substituição. Informo que, em consequência, na mesma data, o suplente Eng^o Comassetto assumiu a titularidade do mandato parlamentar nesta Casa.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Nesses termos, informo que se encontra presente no plenário o titular Eng^o Comassetto, que já procedeu a entrega, à Mesa, do seu Diploma, da sua Declaração de Bens e da sua indicação de nome parlamentar. Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Eng^o Comassetto prestará a seguir.

SUPLENTE ENG^o COMASSETTO (PT): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossado o Ver. Eng^o Comassetto. V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, quero aqui iniciar esta minha fala de retorno a esta tribuna dizendo, primeiro, que é uma grande satisfação, depois de 16 anos em que aqui estive convivendo com um conjunto de colegas vereadores e vereadoras, retornar agora encontrando um conjunto de outros novos colegas. Dizer que esta satisfação de estar aqui, que me foi conferida pela vontade popular de Porto Alegre, tem muitos apoiadores, amigos que me deram essa honra e essa confiança; quero estender um abraço a cada um e a cada uma, mas também ao 1,45 milhão de habitantes de Porto Alegre, porque somos legisladores de toda a cidade de Porto Alegre. Eu quero agradecer aqui ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores; porque, quando vamos disputar uma eleição, sabemos que nós estamos representando um segmento, um partido e que essa representação é o somatório que nos traz a esta tribuna. Agradecer aos meus colegas até então vereadores que colocaram o seu nome à disposição no último pleito eleitoral e tiveram o acolhimento também da população: a Ver.^a Laura Sito, que hoje é deputada estadual; o Ver. Leonel Radde, que hoje é deputado estadual e a Reginete Bispo, que era a 1ª suplente de vereador, que também ficou de primeira suplente de deputado federal e que assumiu, na última sexta-feira, o mandato de deputada federal.

Quero dizer que cheguei aqui, tanto na semana passada, na quarta passada, como agora, abracei os colegas vereadores – os antigos e os novos –, e acabei de conversar com a colega Mônica Leal, e ela me dizia: vamos reforçar a democracia. E este é o espírito de qualquer um, parlamentar, que, quando tem algo que nos unifica, que é a Constituição Federal, é nós trabalharmos para que a democracia seja mantida, seja aplicada, e que nós possamos, no bom debate Presidente, e que esta Casa, que se chama parlamento, que nós possamos falar, debater, para nós nos posicionarmos com tranquilidade, com divergência, com convergência, mas o importante é construirmos sínteses. Todos sabem aqui

que eu sou do Partido dos Trabalhadores – sempre fui, nunca tive outro partido –, e nós voltamos agora, conquistando com uma frente ampla, com muitos colegas que estão aqui, governar o Brasil. Portanto, eu quero, como sempre fui e trabalhei, Ver.^a Lourdes, nos mandatos anteriores, fazer com que os projetos nacionais se enraízem na nossa capital. Em particular, eu participo da Comissão de Transição, no tema habitação, ajudando a construir a nova política habitacional, e, no próximo dia 14, o Presidente Lula vai lançar o Minha Casa, Minha Vida Mais. Sei que está na revisão do Plano Diretor um tema que muito trabalhei e gosto; bom, já quero dizer que quero convidar aqui os colegas para que nós possamos à luz do novo Minha Casa, Minha Vida, adequar a legislação municipal para fazer com que esses projetos se enraízem com rapidez e velocidade, aqui na nossa cidade. E também, quando nós deixamos o mandato, nós estávamos representando os vereadores do Brasil no Conselho Nacional das Cidades, que foi extinto pelo antigo presidente da república, e que agora vai ser reposto. Então, voltaremos a atuar também no Conselho Nacional das Cidades para ajudar a construir essas políticas. Quero dizer aqui aos meus colegas Ver. Aldacir Oliboni que convivemos aqui 14 anos juntos; ao líder da bancada, ao Ver. Jonas Reis, que conte conosco em todos os momentos; ao líder da oposição, Ver. Pedro Ruas; à bancada do PSOL; à bancada do PCdoB que constituímos sempre um olhar mais próximo, mais próximo não significa que com os demais colegas e os demais partidos não poderemos trabalhar juntos pela cidade de Porto Alegre. Quero dar um abraço a todos que vieram aqui hoje nos cumprimentar, e dizer que o nosso mandato é um mandato à disposição aqui das comunidades para trabalhar muito pelo tema da inclusão social, trabalhar muito pelo tema da habitação e, sem dúvida nenhuma, não podemos abrir mão, Ver.^a Biga, da sua fala aqui pela diversidade que tem a nossa sociedade e trabalhar para que isso se torne cada vez mais realidade, cada vez mais verdade. Quero dizer que precisamos dialogar certamente com o prefeito, e quero dizer ao Sebastião Melo, nosso prefeito, que foi nosso colega aqui, que temos muitas divergências, mas o diálogo sempre constrói síntese quando se precisa construir o entendimento da cidade de Porto Alegre, e, no tema da habitação, me dedicarei

aqui com exclusividade. Um grande abraço a cada um e cada uma que nos ouve, um abraço aos colegas vereadores e, certamente, o juramento que aqui fiz irei honrar para defender sempre a democracia e sempre as instituições constituídas neste Brasil, por quem nos sucedeu com muito sangue, muita luta e muita dedicação. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Engº Comassetto, seja muito bem-vindo no seu retorno a esta Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento informando que o Ver. Giovani e Coletivo integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE em substituição à Ver.^a Daiana Santos, e a Ver.^a Biga Pereira integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR, em substituição à Ver.^a Bruna Rodrigues.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIS AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo documento firmado pelo Ver. Giovani e Coletivo, informando a mudança do seu nome parlamentar para Giovani Culau e Coletivo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, boa tarde, colegas vereadoras, colegas vereadores, público que nos assiste e para quem nos assiste também pela TVCâmara, eu quero aqui fazer um breve relato deste final de semana que aconteceram fatos, ações e atividades muito importantes aqui na cidade de Porto Alegre. Gostaria de falar primeiramente que, lá no bairro Mario Quintana, nós recebemos a visita de um pastor coreano da Missão Boa Notícia que é da Coreia do Sul e tem missão em 90 países, e aqui em Porto Alegre também, e o pastor coreano Kim Young Gyou esteve lá no Mário Quintana fazendo uma atividade, uma pregação lá na Igreja Batista Betel da comunidade, criando essa conexão, essa parceria com a Coreia do Sul e Porto Alegre. Hoje pela manhã, nós estivemos também reunidos com esses pastores, junto com o prefeito Sebastião Melo, numa construção voltada para o jovem aqui da nossa cidade de Porto Alegre, e também foi realizado o aniversário de 61 anos da escola de samba Copacabana lá da Bom Jesus, um evento realizado no Campo do Panamá, onde reuniu cerca de cinco mil pessoas, um evento lindo de ver, num lugar onde a cultura e o esporte devem ser inseridos para que nós tenhamos mais opções para os jovens da comunidade. Foi realizado um grande evento lá na Bom Jesus, no aniversário da escola de samba Copacabana. E eu gostaria de pedir aos colegas um minuto de silêncio pelas mortes que ocorreram na Turquia, na Síria, durante essa madrugada, num grande terremoto que devastou aquela região que já está chegando a aproximadamente quase três mil mortes, cenários tristes, cenas tristes de se acompanhar. Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio por essas vítimas do terremoto. Vamos torcer para que as nações enviem socorro, enviem ajuda humanitária para esses dois países que agora sofrem pelo resultado desse terremoto. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Giovane Byl. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadoras, vereadores; eu quero usar o meu tempo de liderança para apresentar um projeto que trata da instituição do Selo Mulher Segura para as empresas que adotarem o Protocolo Não é Não. Acho importante que esta Casa, Presidente, se manifeste. A gente vê a inspiração hoje, no mundo todo, a partir da campanha No Callem – não calaremos. Esse protocolo, na Espanha, se faz ouvir desde 2018. É a partir dele, e graças a ele que mecanismos de adesão numa casa noturna – caso que teve repercussão internacional – nos mostraram uma jovem de 23 anos que foi violentada e pôde ser acolhida de imediato no local e levada de ambulância para fazer exame de corpo de delito. O objetivo da apresentação desse protocolo é proteger a vítima e prevenir novos episódios, Ver.^a Mônica. Eu solicito, inclusive, que a Procuradoria da Mulher acolha, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Cláudia, Ver.^a Karen, que a gente possa, de verdade, nós, mulheres vereadoras, fazer com que os colegas acolham esse projeto, Ver.^a Mari, e que Porto Alegre possa servir de exemplo. Nós temos várias iniciativas de casas noturnas, de promotores de eventos, de promotoras de eventos, inclusive no campo esportivo, como é o caso do próprio Internacional, que já tem protocolos nesse sentido. Nós queremos que esse Selo Mulheres Seguras, ele possa incentivar os estabelecimentos a darem mais valor aos seus clientes e às suas clientes, reduzindo, portanto, o risco de ocorrências criminais em seus ambientes de festa e, portanto, também contribuindo para aumentar a competitividade do nosso destino turístico que é Porto Alegre. Portanto, eu apresento este projeto e solicito que todas e todos, que a gente possa aprovar e

que a máxima de que uma cidade que é boa para as mulheres certamente é uma cidade boa para todas as pessoas. Obrigada, Presidente; obrigada, colegas.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, eu queria fazer uma reflexão aqui com vocês, repercutindo uma notícia que surgiu hoje de manhã sobre o ministro do trabalho do Presidente Lula. A pergunta que nós temos que fazer é: existe algum exemplo de empresa pública no Brasil que faz um bom trabalho? Ou: existe algum serviço prestado exclusivamente pela iniciativa pública que está a contento no País? Pergunto se, por exemplo, as escolas de iniciativa pública estão no nível em que nós gostaríamos apesar do investimento que fazemos anualmente nessa área; ou a saúde, como recentemente nós tivemos aqui na Av. Azenha a migração do centro de distribuição de medicamentos, que deixou idosos na fila durante o sol por quatro, cinco ou seis horas; ou mesmo a segurança, que seria uma das funções principais do Estado, mas que, na verdade, quando nós somos assaltados, nós vamos até um posto da Polícia Civil, fazemos o Boletim de Ocorrência, e o policial civil encerra a lavratura do Boletim de Ocorrência jogando o papel sem nem mesmo comunicar os demais colegas com relação ao ocorrido. Será que existe algum serviço prestado pelo público que é referência para a nossa sociedade? Muito provavelmente a maior parte de vocês vai responder que não. E daí fica a dúvida: se nós não fazemos nem aquilo que é a nossa obrigação, entre aspas, se nós não conseguimos fazer nem mesmo aquilo que já está dentro das nossas prerrogativas fazer, especialmente segurança, depois, saúde e educação, por que nós queremos interferir em outras ações dos indivíduos que não é nossa obrigação? E, hoje, de manhã, o ministro do trabalho, ao lado do Presidente Lula, falou que pretende regulamentar, ou seja, taxar e burocratizar os transportes por aplicativo, a título de trazer direitos trabalhistas para os

trabalhadores, mas sabemos que, no final das contas, vai repelir muitos trabalhadores desse modal, aumentando o custo de operação e retirando o emprego de muitas dessas pessoas. Não sei se vocês chegaram a perceber, mas toda a regulamentação estatal sobre o trabalho empurrou essas pessoas para o trabalho por aplicativo. Nós temos 1,5 milhão de pessoas no Brasil que sobrevivem dos aplicativos, cerca de 1 milhão são motoristas de aplicativo, mais 300 e poucos mil que são pilotos de moto, que fazem motofrete. Nós queremos, do dia para noite, que o Estado possa dizer que gerou 1 milhão de empregos, mas, na verdade, só vai burocratizar em nome da geração desse emprego. Nós queremos colocar em risco a busca de sustento desse 1,5 milhão de pessoas para que o ministro do trabalho possa colocar, no seu portfólio, que criou 1 milhão de empregos? Será que isso vai ajudar, de fato, os motoristas ou vai trazer mais problemas? Se as pessoas preferissem trabalhar no emprego formal, elas assinariam a sua carteira numa associação, numa cooperativa de motoboys. Elas preferem trabalhar por aplicativo. Por quê? Porque elas ganham mais dinheiro assim, podem ter o horário flexível para trabalhar quando a sua necessidade, a sua disponibilidade é maior do que ficar preso a um contrato que, muitas vezes, remunera, muitas vezes não, normalmente remunera muito melhor se a pessoa trabalha com afinco do que uma carteira assinada em um trabalho que, no fundo, vai se tornar empregado de um explorador. A gente sempre fica vendo que a intenção da esquerda ao regular é tirar o capitalista malvado, mas, na verdade, o que eles querem com essa regulamentação é tornar as pessoas empregadas do Estado. Ou vocês acham que a regulamentação para trazer CLT, pagar FGTS, não é outra coisa senão trazer mais arrecadação para o Estado? Acham que é alguma coisa diferente disso? Ou, do nada, os políticos do nosso Congresso Nacional, ministros e Presidente passaram a pensar na população e não somente no enriquecimento do Estado? Tenho dúvidas. Por isso fica aqui a minha revolta para com essa ideia. O Estado tem tantas coisas para se preocupar e que ele não resolve. Por que ele quer atrapalhar aquilo que funciona? E temos um exemplo muito claro disso em relação ao que aconteceu na pandemia. Vocês perceberam que não faltou abastecimento de remédios e

alimentos durante a pandemia? Sendo que as pessoas não podiam sair de casa. Qual é que foi a mágica por trás disso? Os motoboys salvaram a logística durante a pandemia. Sabem qual era a regra que eles tinham sobre o trabalho durante a pandemia? Não tinha regra, porque não tinha sido previsto isso antes da pandemia. E, com isso, o mercado pode se adaptar e ninguém ficou com falta de abastecimento por conta da falta de transporte. Então, se nós não atrapalharmos as pessoas – não digo o mercado –, nós vamos conseguir entregar uma melhor acomodação de renda e de oportunidades para todos. Por isso fica aqui a minha revolta com relação à regulamentação do transporte por aplicativo, que vai acabar culminando, infelizmente, com um Uber estatal gerenciado pelos Correios.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente Hamilton; colegas, assessores, imprensa. Num primeiro momento, eu gostaria de registrar a minha satisfação e motivação de iniciar o ano de 2023 como líder da bancada Progressista. Pela quinta vez, desde que assumi como vereadora de Porto Alegre, cumpro essa tarefa e vejo como algo que acrescenta, que estende o nosso mandato, no momento em que colocamos o olhar não só sobre as nossas ações e escolhas, mas também junto aos demais colegas vereadores que compõem a bancada. Eu fui a primeira mulher designada como líder da bancada de vereadores do Partido Progressista na Câmara Municipal de Porto Alegre. João Antonio Dib, Guilherme Socias Villela e João Carlos Nedel me indicaram por três vezes consecutivas, e eu tive a honra de liderar a bancada. Nos períodos de liderança até aqui, sempre por indicação dos meus colegas vereadores, dentro da tradição predominantemente masculina dos partidos políticos, incluindo o meu, este reconhecimento sempre me orgulhou. Recentemente, a bancada ficou mais feminina com a chegada da Ver.^a Comandante Nádia. Mais

uma vez, me dedicarei com afinco para a manutenção de uma bancada forte, Ver. Cássia Carpes, participativa e comprometida com o PP progressistas, com o Legislativo, com o governo municipal e com a população porto-alegrense.

Quero aqui também responder à vereadora que me antecedeu, falando sobre a preocupação da violência com as mulheres e de nós inserirmos essa pauta na Procuradoria da Mulher que, com muita honra, eu assumo a presidência – estarei à frente desse órgão da Câmara que tem a missão de zelar, fiscalizar e incentivar os direitos das mulheres no ambiente do Legislativo – e de representá-la junto a outras entidades e projetos que trabalham no mesmo tema, honrando esse espaço conquistado e tão importante para as vereadoras e para as mulheres porto-alegrenses. Sempre acompanhei, desde a sua criação, em 2015, as ações da Procuradoria da Mulher e a gestão de cada uma das minhas colegas vereadoras nesses anos até aqui, entendendo que a causa mulher se sobrepõe a siglas partidárias e ideologias políticas. Por isso, o objetivo é promover harmonia e equilíbrio para trabalhar e discutir as questões relativas ao acolhimento e escuta. Todas nós, vereadoras, ao longo dos nossos mandatos, iremos compor a Procuradoria, um posto que exige seriedade e comprometimento na promoção de atividades e iniciativas em benefício e no estímulo dos nossos direitos, de nossa participação na política, que precisa de visibilidade e de algo extremamente importante e indispensável que é o respeito. Eu queria aqui responder sobre essa questão do aumento da violência. Sobre o aumento da violência na área feminina, no que diz respeito às mulheres, Porto Alegre, na questão da Delegacia da Mulher, ela é referência, ela tem a Delegacia do Idoso e, nessa área, nós estamos muito bem, porque eu acompanho. Claro que aumentou o número de denúncias, mas aí nós temos que pensar que as campanhas hoje são muito grandes e são importantes para que as pessoas denunciem. Nós temos inclusive campanhas que uma mulher, quando chega na farmácia, se ela mostrar a palma da mão dela com uma letra, ela vai poder exteriorizar, ela vai poder compartilhar que está sendo agredida de uma forma que não se coloque em risco. Então, o cenário delineado na pandemia parece ter vulnerabilizado ainda mais as mulheres brasileiras em relação à violência,

não apenas pela piora das relações socioeconômicas, mas também pela dificuldade aos canais estatais de denúncia, e que, muitas vezes, essas mulheres ainda não sabem, por isso as campanhas são tão importantes para a proteção como as delegacias de polícia civis. E queria aqui finalizar dizendo que o número registrado de violência doméstica nas delegacias, neste ano de 2022, caiu 9,99% na mesma comparação que eu faço aqui das denúncias. Isso é um estudo que vem sendo feito, que é muito importante acompanharmos, mas as mulheres porto-alegrense contem, aqui nesta Câmara, no Legislativo, com cada uma de nós, independentemente da sua sigla partidária, da sua ideologia política, nós estaremos sempre à frente para escutar, acolher e ajudar. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, também Procuradora da Mulher da Câmara Municipal. Desejo um bom trabalho neste ano de 2023 para a senhora.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, telespectadores e ouvintes, em primeiro lugar, eu quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar os vereadores e vereadoras que estão assumindo agora aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre – o nosso abraço, bem-vindos, realizações é o desejo de todos nós.

Eu pensei, vou falar rapidamente sobre um tema, mas, antes disso, vou responder às manifestações do amigo Ver. Jessé Sangalli. Dizer que respeito as suas posições, mas discordo. O vereador começou falando sobre críticas que faz às empresas públicas. Nós temos que compreender que existem empresas públicas muito boas, assim como empresas privadas muito boas, mas muitas delas nem tanto. Eu só vou dar um exemplo – Ver. Jessé, quando o senhor fala do que faz a empresa pública – das empresas privadas que venderam leite com

soda cáustica. Essa é uma ação razoável? Empresas que venderam carne podre, de quatro a cinco meses vencidas, botavam um salitre para avermelhar um pouco e mudavam o prazo de vencimento. Então aqui nós temos muito o que falar nessa comparação.

Também falou e criticou o serviço público. Eu sou servidor público aposentado, trabalhei quase 50 anos no serviço público. E o vereador diz que não existem exemplos de serviços públicos. Eu vou dar um exemplo da saúde, para tirar da minha área, se não tivéssemos o SUS público neste País, na pandemia, teriam morrido mais de 1,5 milhão de brasileiros. Portanto, o serviço público de saúde é exemplo para o mundo. Fala também sobre o serviço de educação pública. Tem defeito na educação pública? Claro que tem! Mas a educação privada no Brasil também não é esta referência toda. Temos belos exemplos de belas instituições de educação, mas alguns com seus problemas também.

E a minha estada por último é para registrar que estou apresentando uma moção de solidariedade em apoio à aprovação do PL nº 836/21, de autoria do senador Fabiano Contarato, do PT, do Espírito Santo, que procura alterar regras das leis que cita, propondo a regulamentação e a comercialização do ouro no País, a fim de coibir a comercialização de maneira ilegal. Por quê? Porque nós estamos todos assistindo, nos últimos dias, notícias estaremcedoras da tragédia ambiental e humanitária que vem acontecendo na terra indígena dos yanomamis, lá na em Roraima. O garimpo ilegal de ouro no País, lá na Amazônia, de forma frenética, tem causado tragédia, doenças graves às populações ribeirinhas indígenas, violência, desmatamento, entre outros. Hoje vivemos o estopim desta crise, que é antiga; foram desmatados, em dois anos, mais de 10 mil hectares de florestas nas terras indígenas, sendo retiradas, em média, cinco toneladas de ouro por ano. A questão é que no Brasil, a regra da extração e da comprovação de onde tem origem este mineral é feito apenas pelo garimpeiro apresentando uma carteira de identidade, um documento, declarando, de próprio punho, sua origem, vende para as instituições, e o ouro passa a ser comercializado de forma legal no País. Portanto, estamos fazendo essa moção de apoio para ser encaminhada ao senador Fabiano, ao presidente da Câmara, deputado Arthur

Lira e ao presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, da nossa manifestação de apoio a esse projeto que, na nossa visão, é fundamental, até porque nós, gaúchos, porto-alegrenses, precisamos também estar atentos a esse tema. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, quero cumprimentar os novos colegas e as novas colegas que estão chegando e desejar uma brilhante gestão nesta Casa. Eu falo em nome dos vereadores Pablo Melo e Idenir Cecchim para saudar a todos neste período de fala, quando estamos dando início a mais um ano parlamentar, em que temos a chance de avaliar, encaminhar, propor pedidos de providência, projetos em prol da nossa cidade. Apesar das atenções voltadas à polarização dos debates nas eleições de 2022, tivemos bastante trabalho e grandes avanços em uma das minhas bandeiras, a principal, que é a causa animal. A Frente Parlamentar Porto Alegre sem Maus-Tratos aos Animais, que eu presido, encaminhou diversas demandas, fez diversas campanhas de conscientização juntamente à população. Também atuei, junto com a Ver.^a Cláudia, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da qual ela foi presidente. E uma das nossas últimas ações foi uma visita ao posto de saúde do Hospital Conceição – ficamos de retornar em fevereiro devido às demandas de pessoas idosas que ficavam por muito tempo sem consultas ou encaminhamentos a especialistas. Uma das iniciativas também que tivemos, que iniciou no ano passado, que o prefeito acatou, foi a criação do Gabinete da Causa Animal, ao invés de secretaria. Esse gabinete tem resultados satisfatórios e índices bem elevados, mais do que quando tivemos uma secretaria com poucos funcionários, sendo também conveniados externamente para atender o controle populacional, que é o que tanto buscamos. Por isso, temos tantos animais pelas ruas, abandonos. Mais um desafio: o

resgate pelas delegacias especiais de animais, que, em casos de maus-tratos, resgatam os animais. Para onde levá-los é um grande desafio.

Também sobre as nossas emendas impositivas, 60% nós encaminhamos para projetos da Prefeitura que envolvem animais, saúde, educação; assim, conseguimos aprovar 80 mil castrações, que é um número inédito para uma capital, porque é muito difícil aprovar, nas câmaras municipais, amplos programas de castração. Há outras leis que foram aprovaram, e eu ainda aguardo a aprovação da perda da tutela do animal em caso de maus-tratos. Então a causa animal tem cada vez mais sensibilizado as pessoas, os políticos, e é um trabalho intenso, um trabalho que exige responsabilidade e amor à causa. Eu quero concluir aqui, falando do projeto do Executivo que é o de nº 043/22, que fala em vagas necessárias para o Município, e dizer que a nossa Vigilância Sanitária está com um número significativo de pessoas que se aposentaram e estão se aposentando, e que lá há vários trabalhos sobre a saúde da população, tudo que repercute em pandemias, calamidades é acompanhado pela Vigilância Sanitária, que necessita de veterinários e que também atuam na fiscalização alimentar de origem animal, e a fiscalização da Guarda Municipal que eu ampliei as atribuições para fazerem toda a fiscalização, mas eles não têm um veterinário. Então fica aqui essa observação sobre esse projeto que encaminharemos formalmente para o Município, visando atender esta demanda. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, colegas que nos acompanham. Primeiro lugar eu gostaria de saudar e agradecer ao líder da bancada, Ver. Gilson Padeiro, e em seu nome também fazer algumas considerações. Primeiramente saudar a chegada do novo integrante da nossa bancada, Ver. Conselheiro Marcelo, que todos nesta

Casa já o conhecem por sua atuação frente ao Conselho Tutelar, sua preocupação com crianças e adolescentes é reconhecida na capital e a bancada do PSDB certamente ganha muito com a sua experiência e a população de Porto Alegre ganha muito com a sua participação e seu trabalho como vereador na capital dos gaúchos, Ver. Conselheiro Marcelo.

Também é a primeira vez que suba a esta tribuna na condição de um vereador que apoia e integra a base do governo da capital. Quero saudar a iniciativa de vários vereadores aqui que entendem que a cultura não é um bem menor como alguns gestores públicos infelizmente interpretam neste País. Temos aqui na Casa, por exemplo, a Ver.^a Mônica Leal que foi secretária de Estado da cultura, temos vários vereadores aqui que se dedicam, dentro da sua pauta, a várias bandeiras da cultura e para nós, do PSDB, é uma honra ter o companheiro e suplente desta Casa, Henry Ventura, que é da área, da área da música, que está há mais de seis anos se dedicando à cultura municipal, ser convidado, indicado e catapultado para este importante espaço na capital do Estado. Então desejamos também aqui, em nome do líder da bancada, do Ver. Gilson Padeiro, do Ver. Conselheiro Marcelo, do Ver. Ramiro Rosário e doo meu nome sucesso ao companheiro Henry Ventura agora secretário da cultura na capital dos gaúchos. Também, não menos importante neste momento em que se fala de inteligência artificial, todo mundo fala do ChatGPT e da importância que tem para a população, quero saudar aqui uma iniciativa gaúcha que vai revolucionar, e muito, a vida de quem tem deficiência visual. Chamo a atenção porque tem vários vereadores aqui, Ver. José Freitas, Ver. Alvoní Medina, Ver.^a Cláudia Araújo, que se debruçam em pautas para ajudar a vida dos deficientes. Temos o Alia Inclui que, Ver. José Freitas, é importantíssimo para mais de sete milhões de brasileiros, quase oito, que vão poder, através desse aplicativo, ter liberdade e autonomia de interpretar rótulos em supermercados, em vários produtos. Então eu quero deixar claro aqui para os vereadores que é um projeto social de uma *startup* do Rio Grande do Sul, em Caxias do Sul, que vai beneficiar sete milhões e 800 mil brasileiros. Então saudar aqui aos porto-alegrenses que possuem alguma deficiência, isso, em Caxias do Sul, foi idealizado pela Caroline

Dall'Acqua que é uma deficiente visual e também as suas sócias a Débora Rosati e Tatiana Duarte. E por fim também dizer que é lamentável, Presidente Hamilton, que nós estejamos vivendo um mundo cada vez mais intolerante, mais cheio de mitagens e esta Casa precisa estar atenta ao que aconteceu nos últimos dias em Santa Catarina, onde uma vereadora foi cassada após ter ido nas suas redes sociais fazendo falsa denúncia de nazismo. O nazismo tem que ser abominado? Sem sombra de dúvida. Agora, nós, aqui nesta Casa, temos que ter atenção, porque parece que virou um pouco fácil de fazer denúncias. Tivemos um vereador aqui, um colega vereador que subiu a esta tribuna, na semana passada, e que foi ofendido e que foi acusado levianamente. Temos que estar atentos e peço à presidência, aos colegas, para a gente estar atento aqui na galeria, principalmente, quando alguém acusar alguém de nazismo ou de fascismo. É muito grave esse tipo de acusação, e que acabou de promover inclusive a cassação de uma vereadora em Santa Catarina. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Solicito que o Ver. Moisés Maluco do Bem assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Meu nobre Ver. Moisés Maluco do Bem, na presidência dos trabalhos; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. O tema que eu queria abordar hoje, neste período de Comunicações, creio ser muito pertinente à medida que ele

envolve todos os cidadãos e cidadãs, os mais de 1,6 milhão pessoas de Porto Alegre, que diz que o Plano Diretor deve ser atualizado de, no mínimo, 10 em 10 anos. Isso está no estatuto das cidades, e nós, em Porto Alegre, estamos já há quase 20 anos, nobre Presidente, Ver. Moisés. Agora, no ano passado, o nobre presidente Idenir Cecchim chegou a encaminhar um requerimento que, inclusive, o prefeito concordou aqui, numa das vindas dele na Casa, para nós criarmos uma comissão especial para discutir o Plano Diretor. Obviamente que nós estamos de acordo, e esta comissão especial, nobre Vice-Presidente, no momento na presidência dos trabalhos, é fundamental já aprovarmos esse requerimento do anterior presidente Cecchim, ou nós fazemos um outro requerimento. Porque nós temos para isso, nós temos que criar a comissão especial que terá 13 membros e terão assentos conforme os blocos ou os partidos aqui representados. Isso é urgente para nós, porque nós sabemos que, nas inúmeras regiões da cidade, as pessoas querem participar, elas querem dizer se concordam com os índices construtivos que hoje o governo defende, se elas querem instrumentos, postos de saúde, uma nova escola, uma nova creche e assim por diante. Seria quase que inconstitucional dizer que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre poderá mandar, neste ano, até agosto, no segundo semestre, um novo projeto para a Câmara sem discutir com a Câmara. Porque vão apresentar mil emendas aqui, nós vamos ficar um ano discutindo as emendas, porque os próprios vereadores não se sentem contemplados pelo sistema adotado do atual governo. E nós, da oposição, Ver. Robaina, defendemos o que o próprio Regimento da Casa, no artigo 63, a, diz que nós temos que criar essa comissão. Estamos esperando o quê? Então venho aqui reforçar, nobre Presidente, em nome da oposição, do PSOL, do PT e do PCdoB, nós queremos constituir essa comissão e fazer com que ela seja representativa a partir dos blocos criados aqui na Câmara. E a partir de então, obviamente, essa comissão terá audiências públicas presenciais, trazendo o debate aqui, Ver. Pablo, por segmentos. Aqui temos que contemplar os diversos segmentos, ver o que é melhor para cidade, dialogar com o governo, trazer vários secretários e ponderar para construirmos, lá na frente, final deste ano ou no início do ano que

vem, o projeto estratégico de uma nova formação, de um novo formato para o que nós queremos para 20, 30, 40 anos em Porto Alegre. Então eu faço questão de fazer este registro porque nós, Ver. Moisés, que somos da Mesa Diretora, temos o compromisso de dizer para o plenário que o plenário, a Mesa Diretora e o colégio de líderes decidiram então pela formação dessa comissão, que terá início em tal período e término em tal período. É o mínimo que nós, enquanto vereadores e vereadoras, podemos oferecer aos cidadãos, para fazer esse debate na nossa querida Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Moisés, alegria vê-lo presidindo os trabalhos agora que somos colegas de além da Câmara. Eu venho a esta tribuna usar o período de Comunicações, porque eu estou muito preocupado com duas pautas que estão correndo em Brasília, mas que são muito importantes para a nossa cidade de Porto Alegre. A primeira delas: eu gostaria de lamentar a fala do Ministro do Trabalho. Numa entrevista, o ministro Luiz Marinho foi questionado sobre a questão de revogações das diretrizes trabalhistas, etc. Foi lhe perguntado: e se o Uber sair? O ministro disse: “O problema é do Uber, não estou preocupado.” Ou seja, o ministro do Trabalho está dizendo que é problema do Uber e de 1,5 milhão de trabalhadores e trabalhadoras que tiram o seu sustento, o complemento do seu sustento do Uber. A resposta a uma possível saída do Uber e de outros aplicativos do Brasil, diz o ministro, abro aspas para ele: posso chamar os Correios, que é uma empresa de logística e dizer para criar um aplicativo e substituir. Os Correios para substituir o Uber. Sr. Presidente, eu estou preocupado, porque, como um liberal que acredita em menos Estado, mais indivíduo, que acredita que o Estado tem que parar de atrapalhar o desenvolvimento, os empreendedores, eu preciso repudiar essa fala do ministro, que não está preocupado com os indivíduos, um

milhão e meio de pessoas que poderão, da noite para o dia, por uma interferência estatal, por uma interferência burocrática, Mari Pimentel, ter o seu ganha-pão tolhido. Então é muito importante que, não obstante seja uma pauta em Brasília, nós precisemos estar de olho aqui em Porto Alegre, porque muitos porto-alegrenses vivem, e o Uber e os aplicativos hoje resolvem muito dos nossos problemas de logística, talvez muitos vereadores aqui desta Casa, funcionários, aliás, se utilizem do aplicativo. Por isso quero deixar consignado o meu repúdio a essa fala, a esse desdém, a esse marasmo dito em entrevista, repito, pelo Ministro do Trabalho.

E uma outra pauta em Brasília que é importante para a cidade de Porto Alegre é, Sr. Presidente, a reforma tributária. Estou muito preocupado, porque se avizinha no Congresso Nacional uma tentativa de uma reforma tributária que visa aumentar impostos. E novamente como um vereador liberal, como um político liberal, eu não posso me associar àqueles que querem aumentar a carga tributária; é preciso muito antes desburocratizar o processo de apuração de impostos. Há hoje muitos empreendedores que nem sabem que tipo de imposto tem que pagar, muitas vezes gastam muito dinheiro com profissionais contábeis e não na causa fim de seu negócio. Além disso, simplesmente aumentar impostos sem cortar na máquina pública não faz o menor sentido. Então, nós precisamos entender que, para ter um Estado que ajude o mais pobre, que ajude o mais necessitado, que dê bolsas, o Estado precisa estar equalizado, precisa, por exemplo, respeitar a curva de Laffer, que passa de 33% dos impostos e começa a cair. Então, Sr. Presidente, ainda que seja uma pauta federal, mas pode acabar interferindo, e o prefeito Sebastião Melo disse outro dia no Paço Municipal, na posse do deputado Tiago Simon na FASC, que está preocupado com esta questão do ISS, Paulo. Então, nós aqui também vamos, mesmo que à distância, estar vigilantes, porque queremos uma reforma que desburocratize e que, se possível, abaixe impostos. É isso que nós vamos cobrar como sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, queria concordar com a proposta que o Ver. Oliboni faz à Mesa, mas salientar que é importante sempre, nesta Casa, a proporcionalidade das bancadas. Esta comissão será formada conforme a proporcionalidade, dando voz maior sempre, é lógico, tem que admitir a democracia assim, para quem tem maioria, consequentemente a maioria vai ouvir a minoria e vamos chegar a um consenso. Um abraço.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu queria só aproveitar o ensejo do que o Ver. Cassiá falou. Eu queria sugerir que nós não tratássemos isso em uma comissão específica neste momento, porque nós teremos uma comissão que tratará desse tema, da questão da revisão do Plano Diretor. Eu lembro que esse foi o argumento, no ano passado, por terem me proibido de apresentar a mesma comissão proposta, agora, pelo Ver. Oliboni, que deveria ser discutido no ano pela comissão específica para esse fim. Então, eu não sei se nós teríamos uma redundância de comissões tratando do mesmo tema. Fica só a minha observação e a lembrança que, no ano passado, fui proibido pelos colegas de apresentar a mesma proposta.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver. Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Uso o período de Comunicações novamente para denunciar, e combina muito com as falas que me antecederam, que trata da demanda do transporte coletivo por ônibus na cidade de Porto Alegre, um tema que está diretamente relacionado com a vinda dos aplicativos, como Uber, 99, a partir de 2014, para países como o nosso, que abriram mão de desenvolver seus próprios aplicativos, as suas próprias tecnologias para ficar dependente dessas multinacionais que se colocam não enquanto uma empresa de transporte, o que é uma mentira, porque transportam pessoas, transportam mercadorias, e se colocam no mercado enquanto uma empresa de tecnologia e nem um serviço de tecnologia decente

eles prestam para a população. Então nem para aquilo que eles se dizem ser expertises conseguem executar um serviço bom, produtivo. E nós não conseguimos executar um serviço bom, produtivo, e nós não conseguimos fiscalizar. Nós, enquanto população, estamos reféns dessas multinacionais que usam a nossa malha viária, que usam a nossa força produtiva abundante, fruto da desindustrialização, fruto da crise econômica global e não contribuem com um centavo sequer para os municípios. E isso potencializou, inclusive o pacto que existe hoje do transporte coletivo por ônibus na cidade de Porto Alegre, no sentido de as linhas curtas ajudarem a financiar as linhas longas. O T11, por exemplo, é um ônibus que sai do Extremo-Sul e vai até a Zona Norte da cidade e que vem sendo impactado porque as linhas curtas, principalmente os alimentadores, os circulares, foram linhas que foram reduzidas, fruto do não cumprimento do edital de licitação, que eu acho que é um outro elemento da crise do transporte coletivo por ônibus.

Há uma disputa de narrativa em relação à crise do transporte coletivo na cidade de Porto Alegre. Há quem diga que começou com a pandemia. Para quem participou da jornada de lutas contra o aumento da passagem em 2013, que inclusive foi um dos motivos de ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no sentido de reivindicar que houvesse uma licitação para a máfia do transporte, que se estabeleceu e ficou 20 anos prestando serviço ruim na cidade, sem prestar contas para a população. É importante colocar que o motivo da ocupação da Câmara, em 2013, foi esse. Desde então, aquele contrato nunca foi respeitado, ou seja, a crise do transporte coletivo por ônibus na cidade é anterior à pandemia. Na pandemia piorou, porque daí as empresas de ônibus rompem contrato de forma unilateral com o Município de Porto Alegre, e a Câmara, que deveria ter como pressuposto fiscalizar esses contratos, vem fazendo vista grossa, e desde então estamos com menos 111 linhas circulando na cidade. Quem paga por tudo isso é a população. A regulamentação dos aplicativos para qualquer debate de política de mobilidade urbana é urgente, é necessária, não pode deixar simplesmente pela lógica do livre mercado, isso vem transformando a nossa cidade num caos. Inclusive, agora os táxis vão poder

utilizar a linha azul, que era justamente uma forma de incentivar o transporte coletivo em detrimento do transporte individual, vereadores. Porque se cada pessoa, hoje, que utiliza o transporte coletivo por ônibus, ou qualquer transporte coletivo, utilizar o transporte individual para se locomover na cidade, a cidade vai parar. O povo brasileiro já demanda 21 dias do seu ano em transporte coletivo. Isso é a expressão dessa desorganização, essa é a expressão da vinda desses aplicativos, que não querem pagar direitos trabalhistas, que não querem pagar tributos no Município e também amarram as nossas cidades, o nosso Estado, o nosso País a uma lógica que não faz a gente pensar fora da caixa. Não seria interessante o Brasil ter uma plataforma de transporte de pessoas, de mercadorias? Não seria interessante permitir que empresas locais consigam competir com essas grandes multinacionais, uma chinesa e outra norte-americana? Isso não tem a ver com o nosso País, é um País pobre em serviços de baixa complexidade. Então, são essas as questões que a gente tem que pensar. Porque em um estado grande, vereadores do NOVO, não é somente diminuir os custos, é pensar forma de arrecadação. E, cada vez mais, a nossa cidade vem sendo impactada por essas grandes evoluções tecnológicas, substituindo o trabalhador por tecnologia; a gente não consegue pensar a médio prazo uma alternativa para isso. O debate da regulamentação dos aplicativos está umbilicalmente preso a isso, à crise do transporte, a que tipo de serviço, capitais como a nossa têm que oferecer para transportar massivamente o seu povo. O sufoco que está não dá. As pessoas que decidem os rumos da política pública de mobilidade não sabem como é que está a situação do transporte. No dia 15 de dezembro fomos a EPTC com mais de 400 assinaturas que nós levantamos no viaduto da São Jorge, colocando as questões do superlotamento dos ônibus, levamos também a pauta do ar-condicionado – outro elemento do contrato que está sendo descumprido pelas empresas que, até 2025, cem por cento das frotas de Porto Alegre tinham que estar circulando com ar-condicionado. Isso hoje não está acontecendo. Reivindicamos à Prefeitura, mas também colocamos para a população a importância de que denunciem no 156, porque simplesmente reuniões que encaminham reuniões não estão sendo

efetivas para tratar desse problema. Também denunciemos a presença das vans escolares, dos táxis – quem sabe, daqui a pouco, os aplicativos – utilizando a linha azul que vai atravessar um debate que nós acumulamos dentro de política de mobilidade para incentivar o transporte coletivo por massa. E também a discussão necessária – e que logo a gente vai ter que enfrentar também – que é novamente o aumento da passagem. Sempre se utilizam do dissídio dos rodoviários para legitimar o aumento da passagem. A previsão, desde o ano passado, quando a Prefeitura desde então vem aportando recurso público, é que a passagem vá subir para R\$ 5,20, mesmo sem cobrador de ônibus, mesmo com a redução do meio passe estudantil, mesmo com a redução dos feriados. Ou seja, é uma crise que se resolve trazendo mais problemas para o usuário, mais problema para os rodoviários, e não dá mais para a gente seguir nessa lógica, temos que pensar ações estruturais, e acho que pressupõe o debate, a análise concreta do contrato que vem sendo desrespeitado pelas empresas desde 2015, Vereador-Presidente Moisés.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Ver. Moisés Barbosa; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em primeiro lugar, quero desejar, hoje com o plenário praticamente lotado, um ótimo ano a todos os pares, que seja um ano de grande trabalho e grandes construções para a nossa cidade, Ver.^a Mari Pimentel.

Em segundo lugar, Ver. Moisés Barbosa, eu quero saudá-lo e cumprimentá-lo pela maturidade política da bancada do PSDB, que foi parceira de todas as grandes votações do governo Melo. Na caminhada política, nossos partidos têm convergências e diferenças, mas a cidade está acima de tudo. Então, parabéns por essa decisão, como eu disse, madura, importante, e eu tenho a mesma visão que o senhor, a cultura, além de ser a identidade de um país, ela é vetor de

desenvolvimento econômico. Então, conte com este vereador também para dar o apoio e o suporte necessário ao secretário Henry para as boas causas da cultura da nossa cidade.

Também gostaria já de consignar à líder da nossa bancada, Ver.^a Lourdes, o pedido na reunião de lideranças, que acredito que ocorra na próxima quarta-feira, a priorização do nosso projeto de lei, que já tramitou aqui na Casa, está pronto para ser votado, sobre o laudo permanente para pessoas com espectro autista, do qual eu sou autor junto com a coautoria da Ver.^a Comandante Nádia e do Ver. Cláudio Janta. Um projeto importante, Ver. Jessé Sangalli, para as pessoas com autismo na nossa cidade, que agora será consolidado através de lei municipal.

E ainda, Ver.^a Mônica Leal, eu protocolei, na última quinta-feira, um projeto que assegura às mulheres da nossa cidade o direito de ter um acompanhante nos estabelecimentos de saúde públicos e privados de Porto Alegre. Já temos a experiência no Rio de Janeiro onde isso já é lei, embora nós tenhamos a consciência de que apenas uma parte ínfima, 0,001%, dos médicos, que não são médicos, são monstros que cometem crimes contra as mulheres em consultas, em exames, em exames de sedação ou até mesmo em procedimentos cirúrgicos, e a gente sabe que 99,99% dos médicos fazem bem o seu trabalho. Essa é uma pauta pertinente e é um problema que hoje nós vivemos em todo nosso País. Eu tenho reunião marcada com o presidente do Simers, Dr. Rovinski, com o presidente do Cremers, Dr. Carlos Sparta, porque já houve obviamente críticas da classe médica quanto a esse projeto de lei, e, como eu disse, já é lei no Rio de Janeiro, mas projetos são aprovados ou não são aprovados. Esta é uma pauta importante que esta Casa Legislativa enfrente, e que, sim, se for possível aprová-la depois de passar por todas as comissões desta Casa, dá o direito a todas as mulheres de levar um acompanhante, da sua escolha, num estabelecimento de saúde público ou privado. Eu peço aos colegas que façam um bom debate aqui nesta Casa, pois é extremamente importante manter a integridade física e psicológica de todas as mulheres. Portanto, Presidente, uma boa tarde, um bom trabalho a todos, e estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, me dirijo, principalmente, às comunidades mais populares da cidade, que são atendidas por 214 instituições de educação conveniadas e que oferecem educação infantil. Recentemente a gente sabe que está acontecendo um problema neste Município, essas trabalhadoras, muitas delas professoras formadas em pedagogia, recebem muito abaixo do que o Piso Nacional do Magistério. O Piso do Magistério reajustado foi para R\$ 4.420,00. Essas trabalhadoras hoje, muitas delas, estão com a carteira assinada da seguinte forma: técnicas de desenvolvimento infantil, mas atuam como professoras e ganham R\$ 1.872,85, apenas, para trabalhar o dia todo, produzir educação. E o governo do Sebastião se vangloriando que sobrou R\$ 500 milhões em caixa na Prefeitura no último ano; claro, porque temos pessoas atuando como professores que ganham menos do que a metade do piso salarial. É preciso mudar isso! Se a pessoa atua como médico, não posso pagá-lo como um técnico – ele está trabalhando como médico. Se um advogado vem e trabalha como advogado, eu vou remunerá-lo como sendo de outra profissão? Não vou. São mais de 1.700 trabalhadores na Educação Infantil em Porto Alegre, em todas as comunidades e periferias, fazendo um baita trabalho, atendendo as famílias, do zero até os cinco anos incompletos, mas parece que elas são invisíveis, prefeito! É chegado o momento, já que sobra dinheiro no caixa da Prefeitura, que o senhor chame as instituições conveniadas e reforce o valor do dinheiro do repasse, para que esses salários possam, agora, assumir um outro formato. Se atua como professora, deve receber como professora. Isso é valorizar a educação, prefeito. Eu acho que, se o senhor fizer isso, o senhor ganha. Veja bem, é o vereador da oposição que está aqui, dando-lhe uma sugestão. Por que deixar esses trabalhadores lá dessa forma? E quero lembrar mais, essa luta não é de agora,

essa luta é da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre desde 1996, quando ainda se chamava Creches Comunitárias, quando veio o debate da LDB, no seu artigo 62, que diz que para atuar na educação infantil tem que ter magistério ou pedagogia – conquista do Brasil a LDB. Muitos municípios já a implementaram, mas outros ainda fazem vistas grossas. Está vindo um movimento muito bonito, a gente espera que a carteira dessas trabalhadores no futuro, a depender do governo municipal, que é quem faz o convênio, aporte o recurso necessário, para que ninguém que trabalhe como professor receba como técnico. As pessoas tem graduação, tem magistério, conhecem, sabem. Não preciso falar aqui, muitos vereadores conhecem, já foram a escolas de educação infantil, conveniadas, enfim, queria pedir a sensibilidade do governo municipal aqui nesse reconhecimento.

Quero só destacar aqui uma coisinha nacional, saiu uma matéria: viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos vai parar em revista – espetáculo bizarro. Foi assim que a revista qualificou o ex-presidente do Brasil que não quer voltar, que pediu visto de turista, mas diz que não se vacinou, e lá tem que estar vacinado para ficar. Tem um diz que diz que ele vai trabalhar, vai dar palestra, então ele não vai ser turista, ele vai trabalhar, vai exercer uma profissão, mas quer um visto de turista. Este cidadão tem que ser extraditado imediatamente, está envergonhando o nosso Brasil. Um ex-presidente se prestando a ser capa de matéria de jornal dessa vergonha. Como que a gente pode ter um ex-presidente que um jornal coloca como “espetáculo bizarro” a sua viagem? Está na casa de um amigo, encostado lá. Está fazendo o quê? É vergonha em cima de vergonha, já chega aquela vergonha do dia 8. Então, ex-presidente Bolsonaro, volte ao Brasil de cabeça erguida, se é que o senhor pode fazer isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Primeiro, desejar a todos um bom ano – este será um ano com grandes pautas para Porto Alegre. Quero parabenizar o meu colega de bancada, Ver. Tiago Albrecht, que está assumindo no local do eleito deputado estadual Felipe Camozzato, e gostaria de aproveitar e falar dos desafios da nossa cidade, sendo um deles a educação. Aqui, já temos o Ver. Jonas Reis, do PT, que trouxe o desafio da rede comunitária. Eu tive oportunidade de visitar mais de cem escolas da rede comunitária – eu trouxe um relatório sobre essa rede – e reforço que só 20% da nossa rede é formada em pedagogia. Por lei, nós imaginávamos que poderia atingir 100%, mas só 20% da rede é formada em pedagogia. É um desafio para o Município de Porto Alegre, primeiro, formar mais docentes em pedagogia. É um desafio para o Município de Porto remunerar de acordo esse profissional de pedagogia que vai atender nossas crianças na Bom Jesus, na Mario Quintana, no Rubem Berta, porque, como falou o vereador, com R\$ 1.800,00 por mês, um profissional, com diploma de pedagogia, vai buscar novas oportunidades. Eu reforço aqui: a nossa rede comunitária tem 80% dos alunos na rede infantil, e a nossa rede comunitária, por exemplo, não tem monitores para crianças especiais, Ver. Pablo Melo. Tanto debatemos aqui o autismo e a necessidade das crianças especiais, e a gente tem uma rede com 80% de nossos alunos na rede infantil que não têm monitores. Eu me deparei com escolas que eu ia que tinham duas crianças com autismo e a professora tinha que ficar com cada um numa mão e não conseguia lecionar as aulas. É um desafio para o Município de Porto Alegre a educação; é um desafio a carência de seis mil vagas na educação infantil. Quantas mães, quantas famílias não ficaram no sonho de conseguir uma vaga neste ano letivo de 2023? E não conseguiram. Eu acredito que Porto Alegre deve, sim, priorizar a educação, é um grande desafio, e a educação infantil deve ser um dos grandes temas da nossa cidade. Afinal, é competência do Município a educação infantil, sendo competência do Estado a educação do ensino médio. Eu reforço aqui alguma das falas, de temas que nós iremos falar neste ano, como o Plano Diretor, que deve, sim, chegar neste Município, em breve, na Câmara

de Vereadores, para a gente poder debater, para conseguirmos evoluir. Quando nós falamos da mobilidade, nós falamos do Plano Diretor, porque nós colocamos a nossa população na periferia, nós largamos a nossa população para Restinga, que é quase uma hora daqui do Centro da cidade de ônibus. Então nós sabemos que o plano da mobilidade também transcende o Plano Diretor, de onde as pessoas vão viver, para que cidade nós vamos expandir, como nós vamos trazer as pessoas para viverem próximo de onde elas trabalham. Esse é um dos desafios da cidade. Falarmos sobre o transporte inclui abrir a “caixa preta” do transporte público, mas também pensarmos nos modais, na integração dos modais. Aquele transporte que vai do Centro à Restinga, por que lá na Restinga a gente não tem um plano cicloviário para se locomover? Afinal, a Restinga é plana. Por que nós não temos micro-ônibus lá na Restinga, em vez de ônibus grandes? Muitas vezes a gente vê os ônibus grandes tentando fazer a curva e eles não conseguem fazer, porque não é o correto modal, um ônibus grande deve fazer vias grandes e não no meio das ruas da Restinga. É por isso que eu trago aqui a importância da Câmara de Vereadores, neste ano de 2023, de falarmos sobre o Plano Diretor, falarmos sobre saneamento, falarmos sobre educação. Encerro a minha fala aqui, Presidente, para reforçar o bom trabalho a todos os vereadores, porque a solução para a cidade não passa por uma ideia, passa pelo diálogo de todos nós. Muito obrigada, Vereador.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Passamos à

PAUTA

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Quero falar de dois temas importantes. Primeiro, parabenizar o projeto da Ver.^a Nádia na questão do programa educacional de resistência às drogas. A gente vê que existe uma

apologia hoje em dia ao consumo de drogas, sendo que, mesmo a esquerda que é a favor da liberação, acredito que seja contra os efeitos danosos que ela tem. Então acredito que a conscientização dos nossos jovens para recusar receber isso em sala de aula e outros programas educacionais do Município seja positivo, eu não consigo imaginar alguém que possa votar contra a um projeto desse teor. Então parabéns, vereadora, por esse projeto muito importante para nosso Município.

Eu queria aproveitar, só tentar ser breve, falar sobre uma pauta que interessa muito a Zona Oeste, eu tenho certeza que é do interesse do Ver. Aldacir Oliboni e também do interesse do Ver. Moisés. Como vocês observaram, ao longo do tempo, a minha luta pela mobilidade da Zona Oeste, nós fizemos o asfaltamento do trecho de um quilometro da Av. Ipiranga logo após a Av. Antônio de Carvalho. Porém também é verdade a gente ressaltar que aquele trecho não resolve o problema da mobilidade, porque ele conecta um acesso local, não gera melhoria no escoamento de veículos que vêm de Viamão e da Lomba do Pinheiro. Qual foi a nossa solução encontrada para esse problema? Nós entramos em contato com a engenharia de tráfico da EPTC e buscamos uma solução de engenharia que pudesse minimizar o congestionamento na Av. Bento Gonçalves que hoje nós sabemos, após solucionado o problema da BR-116 com a RS-448, se tornou o maior gargalo de mobilidade no acesso à capital. Hoje a Av. Bento Gonçalves representa o maior gargalo de acesso a Porto Alegre de toda a Região Metropolitana. Qual foi a solução que nós construímos com a EPTC? Vocês percebem, quando vêm pela Av. Bento Gonçalves, que existe uma derivação para a Av. Antônio de Carvalho, essa derivação, ao entrar na Av. Ipiranga, gera um cotovelo onde limita o escoamento de veículos que vai gerando reflexos no congestionamento até a Lomba do Pinheiro e até a parada 36 do Município de Viamão. Qual é a solução então? Assim como tem na Perimetral, seria transformar a derivação da Av. Bento Gonçalves para a Av. Ipiranga em uma derivação mais suave retirando o gargalo na mobilidade do entroncamento da Av. Bento Gonçalves com a Av. Antônio de Carvalho e Av. Ipiranga. E como isso é possível? Achamos uma solução. Hoje o terminal de ônibus da Av. Antônio de

Carvalho fica à direita do entroncamento, se nós fizermos por trás do terminal de ônibus da Av. Antônio de Carvalho uma ponte em diagonal conectando a Av. Bento Gonçalves direto à Av. Ipiranga, nós vamos fazer uma confluência mais natural para o escoamento dos veículos que vêm de Viamão pela Av. Bento Gonçalves. Então, o veículo que vem pela Av. Bento Gonçalves, ao invés de fazer a derivação na Av. Antônio de Carvalho e fazer o gargalo para a esquerda na Av. Ipiranga, ele vem pela Av. Bento Gonçalves, deriva naturalmente por trás do terminal de ônibus e chega na Av. Ipiranga, fazendo com que não se tenha o afunilamento de veículos naquele ponto, diminuindo os reflexos de congestionamento para a Lomba do Pinheiro e ERS-040. Fizemos os cálculos de deslocamento de veículos e essa simples solução gera o fim dos congestionamentos pelos cálculos feitos pela EPTC.

Então só para construir com vocês, eu sei que vocês são lutadores da pauta da mobilidade, eu encaminhei, no final do ano passado, as minhas emendas impositivas, praticamente todas, para a solução desse problema, para a construção do projeto. Porque a gente sabe que o projeto custa de 3 a 6% da obra. Então passei R\$ 500 mil das minhas emendas impositivas para a construção do projeto, e a EPTC ficou de, até o final deste ano, entregar o projeto executivo pronto. O que que nós vamos precisar? Temos dois caminhos: um dos caminhos é o Município incluir num financiamento, esse que a gente aprovou no final do ano passado, esta obra ali dessa ponte, que também tem uma comunicação junto com a ponte da Atílio Bilibio, que foi exigida pela EPTC, ou nós trabalharmos num financiamento junto ao governo federal. Então eu quis fazer duas coisas: primeiro, comunicar os senhores da existência, e fazer isso da tribuna, porque eu sei que vocês também são lutadores dessa causa e podem se somar junto ao governo federal e a outras instâncias como o governo estadual.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega Ver. Jessé, Ver. Moisés que também é da região, como tu és também, enfim, muitos vereadores e vereadoras transitam pela região e

também defendem essas causas importantes da mobilidade, mas tu trazés um tema muito importante. Há muito tempo estamos debatendo e, realmente, para quem vem de Viamão a Porto Alegre, principalmente no início do dia, no final do dia, como também quem vai a Viamão pela Av. Bento Gonçalves, realmente, o entroncamento da Av. Antônio de Carvalho é um problemão antigo, e, com o aumento dos condomínios inclusive, os cidadãos porto-alegrenses que moravam em Porto Alegre e estão morando nesses condomínios, não é só o Cantegril, tem inúmeros outros condomínios, estão realmente preocupados com isso. Eu creio que nós poderíamos, sim, formar aqui um grupo de trabalho nesse sentido. Vamos torcer que o governo dê o o.k. para este estudo de viabilidade que tu acabas de nos trazer aqui, porque entendo a viabilidade desta saída que não envolve famílias. Tu tens razão, pega ali o terminal, entra antes do Santo Antônio dos Excepcionais, não vai prejudicar ninguém e isso acaba acessando a Av. Ipiranga, embora terá uma outra sinaleira, mas tira o grande fluxo da Av. Bento Gonçalves, tu tens razão parte dele. Então acho que é importante nós conhecermos o traçado sugestivo da EPTC, conseguimos, numa reunião, dialogar com a comunidade e, uma vez formatado isso, eu me proponho, junto com vocês, a ir a Brasília e tentar trazer parte desse recurso para o projeto. Boa ideia.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Obrigado, Presidente; obrigado, Ver. Oliboni. Tem também uma exigência da EPTC que seria uma ponte na Atílio Bilibio para quem está voltando de Porto Alegre, ao invés de fazer o retorno na Av. Antônio de Carvalho, possa sair para a Av. Antônio de Carvalho antes de chegar no nó. Então essa intervenção, óbvio que ao longo do tempo vai mudando o preço, porque a inflação vai se aproximando e a gente vai atrasando a execução, isso acaba influenciando no preço final. Mas se os cálculos do ano passado permanecem, essa intervenção toda custaria cerca de R\$ 22 milhões. Então é um valor relativamente diminuto para um impacto que pode trazer para toda a zona. Obrigado, Presidente, até a próxima.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho até esta tribuna destacar o meu projeto, que já está em 2ª sessão, que busca assegurar o uso do nome social nas solenidades do Município de Porto Alegre sem a obrigatoriedade da carteira de nome social. Por quê? Porque o mundo mudou, nós precisamos de inclusão, de respeito à diversidade real do povo brasileiro e Porto Alegre, como uma capital, tem que dar sempre um passo adiante, tem que estar na dianteira, garantir que as pessoas sejam chamadas, nomeadas como se entendem, ocupando um espaço na sociedade, como indivíduo capaz de construir cidadania. Isso é fundamental. A comunidade LGBTQIA+ precisa cada vez mais de respeito, cada vez mais precisa ocupar espaços, mas a gente sabe que há muito preconceito. Nós precisamos reforçar, como instituições, o Município, a Câmara, o Executivo, o Legislativo, mostrar que essas pessoas precisam ser valorizadas e ter um espaço, e muitas vezes a gente vê a negação desse espaço, muitas vezes as pessoas negam empregos, muitas vezes as pessoas sofrem preconceito dentro das instituições escolares, o chamado *bullying*. Não é fácil, não é fácil um país que foi criado em cima do preconceito, em cima da misoginia, em cima do machismo, em cima dessa visão, muitas vezes, eurocêntrica e também centrada na figura do homem. É preciso mudar essa lógica. Para isso, este projeto de lei busca, humildemente, colaborar com um mundo em que a gente tenha respeito ao outro, entenda o outro como ele quer ser entendido, e não como eu, muitas vezes, posso entender, quando não tenho conhecimento, quando não tenho respeito pela humanidade. Trata-se de respeito pela humanidade que este Município, nas suas sessões solenes, não exija documentos. A pessoa vem, dá o seu nome e é esse nome que vai ser lido, é esse nome que vai ser a caracterização da pessoa.

Também quero aqui me pronunciar um pouco indignado com relação a um projeto de lei do governo que extingue vários cargos. Mas o que mais me indigna

é o seguinte: cem cargos de auxiliar de serviços gerais. Tem sido recorrente... Olha, os procuradores deste Município estão mais trabalhando, correndo atrás das empresas que não entregam documentos, das empresas que não fazem a prestação de contas dos seus contratos terceirizados do que fazendo o serviço de defender o Município. Nós temos várias empresas terceirizadas de serviços gerais que não pagam os direitos trabalhistas. Às vezes, as empresas são de laranjas! Gente, a quantidade de processos, o procurador-geral do Município, Dr. Roberto Rocha, não me deixa mentir, ele sabe muito bem do que estou falando. A procuradoria é sofredora deste problema: empresas falcatuas que botam lá a sua taxa de lucro e depois não recolhem Fundo de Garantia, não pagam 13º, não pagam férias e, pasmem, tem várias que não estão pagando vale-alimentação e vale-transporte, principalmente na saúde e na educação. Isso tem que ter fim. E aí eu me deparo com um projeto em que o prefeito quer extinguir cem cargos de auxiliar de serviços gerais. Não, prefeito, tem que manter esses cargos. Eu vou fazer uma emenda para que se mantenham esses cargos, o senhor faça concurso, se não consegue fazer concurso agora, faça um contrato temporário, mas não dá mais, essas empresas o Município não consegue fiscalizar, e não é uma, nem duas, nem três secretarias. Eu acompanhei, nos últimos dois anos, Presidente Moisés, na FASC, na educação e na saúde: é uma vergonha! E também no DMAE, tivemos uma empresa lá, os trabalhadores ajudaram a desentupir uma quantidade imensa de encanamento pluvial da cidade, chegou no final, sabe quanto é que eles receberam de rescisão? A metade do que era seu de direito! O salário deles era R\$ 1.400,00! A empresa não estava pagando nem o piso de servente de pedreiro, e eles atuando de sol a sol nesta cidade. Precisamos olhar para esses trabalhadores, que são muitos, e não dá, prefeito, para extinguir todos os tipos de cargos. Alguns, sim, eu concordo, as profissões vão se modificando, mas este é ruim para o senhor, para o seu governo. Estou dando um alerta, o senhor sabe, pergunte à Procuradoria Geral do Município, pergunte aos procuradores, em todas as secretarias, a dor de cabeça que são essas empresas. Para concluir, vamos ver o que é possível fazer, prefeito, que não é só pegar o projeto que alguém entrega na sua mesa e

o senhor protocola aqui na Câmara; vamos conhecer a realidade! Se precisar, eu estou à disposição para lhe dar as informações, assim como todos os procuradores que estão cansados de enxugar gelo neste Município. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h20min.)